O direito de Singapura como lei aplicável aos contratos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O que as partes escolhem quando escolhem uma lei

Uma cláusula de lei aplicável responde a várias perguntas ao mesmo tempo. Ela determina como as palavras de um contrato serão interpretadas, quais cláusulas serão consideradas implícitas, se uma cláusula penal ou uma cláusula de exclusão de responsabilidade é válida e quais remédios estão disponíveis em caso de inadimplemento. As partes de contratos internacionais costumam buscar uma lei previsível, publicada em um idioma que conseguem ler, aplicada por juízes competentes e independentes e conhecida de seus assessores. Querem também uma lei cujo conteúdo não mude de repente e cujos tribunais respeitem o acordo que celebraram.

O direito inglês domina há muito tempo esse mercado na Ásia, sobretudo nas áreas de transporte marítimo, commodities e finanças. Seus atrativos são bem conhecidos: um amplo acervo de jurisprudência comercial, uma tradição de respeito à liberdade contratual e uma advocacia presente em todos os grandes centros financeiros. O direito de Singapura oferece quase os mesmos atrativos, com dois acréscimos. É o direito de uma jurisdição situada na própria região, cujos juízes entendem as práticas

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

comerciais regionais e cujos tribunais funcionam no mesmo fuso horário das partes. É também o direito de um Estado pequeno e neutro, o que pesa para partes da China, da Índia ou da Indonésia que hesitariam em se submeter ao direito de uma contraparte maior.

As características do direito contratual de Singapura

Para fins comerciais, o direito contratual de Singapura é o direito contratual da common law. Acordo de vontades, consideration, intenção de criar relações jurídicas, relatividade dos contratos (privity), declarações falsas, frustração do contrato e perdas e danos seguem princípios que um advogado formado em Londres ou Sydney reconhecerá. Quando o direito de Singapura se afasta do direito inglês, isso costuma ocorrer em questões de detalhe, desenvolvidas pela Court of Appeal em decisões fundamentadas. Essas divergências estão documentadas nos Singapore Law Reports e são discutidas na literatura local, o que permite aos assessores antecipá-las.

A legislação preenche lacunas específicas. As leis inglesas sobre compra e venda de mercadorias, declarações falsas e cláusulas contratuais abusivas, aplicadas por meio dos anexos do Application of English Law Act ou reeditadas como leis de Singapura, oferecem o mesmo quadro que na Inglaterra. Em 2001, Singapura promulgou sua própria legislação permitindo que terceiros exijam o cumprimento de cláusulas contratuais, seguindo o modelo inglês de 1999.[1] Para o banqueiro ou o negociante, o resultado é um direito com estrutura inglesa e autoridade singapuriana.

O que mostra a arbitragem

Os dados mais reveladores sobre o uso do direito de Singapura vêm do Singapore International Arbitration Centre, criado em 1º de julho de 1991, que adotou a sétima edição de seu regulamento com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.[2] O capítulo II da parte F examina o SIAC como instituição. Suas estatísticas anuais sobre a lei aplicável são relevantes aqui porque a maioria dos casos do SIAC decorre de contratos celebrados muito antes da disputa, de modo que os números refletem escolhas feitas na fase de redação.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Em 2023, o SIAC recebeu 663 novos casos, dos quais 640 foram administrados pelo centro e 23 foram nomeações ad hoc. Cerca de 93% deles eram internacionais. O direito de Singapura foi a lei aplicável em 64,6% dos casos, seguido do direito inglês, com 20,7%, e do direito indiano, com 4,5%.[3] Em 2025, o centro recebeu 886 novos casos, dos quais 737 administrados e 149 nomeações ad hoc, o segundo maior volume anual já registrado. O direito de Singapura regeu 52,1% das disputas, o direito inglês 28,4% e o direito indiano 5,0%.[4]

Os números exigem leitura cuidadosa. Uma sede em Singapura atrai o direito de Singapura, pois as partes que escolhem Singapura como foro muitas vezes escolhem também a sua lei. Por isso, as estatísticas do SIAC superestimam a participação do direito de Singapura no mercado como um todo. A mudança entre 2023 e 2025 mostra ainda que o direito inglês mantém um espaço grande e crescente nos contratos arbitrados em Singapura. O que as estatísticas comprovam é que o direito de Singapura se tornou uma escolha habitual em contratos sem nenhuma outra ligação com Singapura. O total de 2025 inclui também um conjunto de 135 casos conexos em que o SIAC atuou apenas como autoridade de nomeação, o que explica o número elevado de nomeações ad hoc. Em 2025, os maiores grupos de usuários do SIAC vinham da China continental (378), do Vietnã (337), da Índia (178), da Tailândia (100) e dos Estados Unidos (83).[5] Muitas dessas partes contratam entre si por meio de Singapura, sob o direito de Singapura, sem que nenhuma delas seja singapuriana.

Documentação financeira e prática de mercado

No setor bancário, a escolha da lei acompanha os documentos-padrão. Os empréstimos sindicalizados na região Ásia-Pacífico costumam ser documentados com os modelos da Asia Pacific Loan Market Association, que publica versões regidas pelo direito de Singapura ao lado de versões regidas pelo direito inglês e pelo direito de Hong Kong.[6] Os títulos emitidos por meio de Singapura no âmbito de programas de medium-term notes são frequentemente regidos pelo direito inglês, e o direito de Singapura é usado nos documentos de emissores locais e nas garantias sobre ativos situados em Singapura. Os instrumentos de trust (trust deeds) de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estruturas sediadas em Singapura, discutidas no capítulo IV da parte E, são em geral regidos pelo direito de Singapura, porque o trust e seu trustee estão situados em Singapura.

Os mercados de derivativos acrescentam outra dimensão. A exequibilidade do close-out netting determina quanto capital um banco precisa manter em relação às suas exposições. Por isso, o mercado se apoia em pareceres jurídicos que confirmam o netting em cada lei e regime de insolvência relevantes. Singapura legislou para proteger o netting e há muitos anos é coberta por pareceres do setor.[7] Para um banco que opera a partir de Singapura, a disponibilidade desses pareceres sob o direito local reduz o custo de escolher o direito de Singapura para os seus negócios regionais.

Eleição de foro e execução

Uma cláusula de lei aplicável vale tanto quanto a sentença ou o laudo que a torna efetiva. Singapura aderiu à Convenção de Nova York de 1958 em 21 de agosto de 1986, com efeitos a partir de 19 de novembro de 1986, de modo que as sentenças arbitrais proferidas em Singapura podem ser executadas nos 172 Estados que são partes dela.[8] Quanto às sentenças judiciais, Singapura ratificou a Convenção da Haia sobre Acordos de Eleição de Foro de 2005 em 2 de junho de 2016, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2016.[9]

A combinação da escolha do direito de Singapura com a eleição de um foro em Singapura, ou com uma arbitragem sediada em Singapura, tornou-se assim um pacote. O direito fornece o conteúdo, o foro fornece a decisão e as convenções levam a decisão até o lugar onde estão os bens do devedor. Esse pacote é o produto jurídico que Singapura oferece à região. Seu valor depende dos três elementos, o que explica por que o Ministry of Law trata a promoção do direito de Singapura, do SICC e do SIAC como partes de uma única estratégia.[10]

Notas

1. Sale of Goods Act 1979, Misrepresentation Act 1967 e Unfair Contract Terms Act 1977 (Reino Unido), aplicados em Singapura por meio do First Schedule

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

do Application of English Law Act 1993 e posteriormente incluídos na Revised Edition das leis de Singapura; Contracts (Rights of Third Parties) Act 2001 (Singapura), inspirado no Contracts (Rights of Third Parties) Act 1999 (Reino Unido). ↩

2. Wikipedia, "Singapore International Arbitration Centre" (acesso em novembro de 2026): "Established on 1 July 1991"; SIAC Rules, 7ª ed., 1º de janeiro de 2025. ↩
3. CMS, "The SIAC Annual Report 2023 – key takeaways in year of growth and record caseload", cms.law (acesso em novembro de 2026): 663 novos casos (640 administrados pelo SIAC, 23 ad hoc); 93% internacionais; lei aplicável: Singapura 64,6%, Reino Unido 20,7%, Índia 4,5%. ↩
4. Herbert Smith Freehills Kramer (G. Satryani, R. Nair, J. Han, E. Kantor), "SIAC Annual Report 2025: Key Statistics, Trends and Takeaways for International Arbitration Practitioners", 22 de maio de 2026, republicado em legal500.com (acesso em novembro de 2026): 886 novos casos (737 administrados pelo SIAC, 149 ad hoc), 89% internacionais; lei aplicável: Singapura 52,1%, inglesa 28,4%, indiana 5,0%. ↩
5. Herbert Smith Freehills Kramer, "SIAC Annual Report 2025", 22 de maio de 2026 (legal500.com, acesso em novembro de 2026): o número de 2025 "includes a set of 135 related cases for which SIAC acted as the appointing authority"; principais jurisdições de usuários por volume: China continental (378), Vietnã (337), Índia (178), Tailândia (100), EUA (83); valor total em disputa US$ 14,53 bilhões (S$ 18,66 bilhões). ↩
6. Asia Pacific Loan Market Association, documentação-padrão para financiamentos sindicalizados, incluindo versões regidas pelo direito de Singapura. ↩
7. International Swaps and Derivatives Association, pareceres sobre netting e garantias para Singapura; proteção legal do netting na legislação de insolvência de Singapura. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

8. UNCITRAL, “Status: Convention on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards (New York, 1958)”, uncitral.un.org (acesso em novembro de 2026): 172 partes; adesão de Singapura em 21 de agosto de 1986, entrada em vigor em 19 de novembro de 1986. ↩
9. Hague Conference on Private International Law, quadro de situação da Convention of 30 June 2005 on Choice of Court Agreements, hcch.net (acesso em novembro de 2026): Singapura assinou em 25 de março de 2015, ratificou em 2 de junho de 2016, entrada em vigor em 1º de outubro de 2016. ↩
10. Ministry of Law, Response Speech by Second Minister for Law Edwin Tong at the Committee of Supply Debate 2024, 1º de março de 2024, mlaw.gov.sg (acesso em novembro de 2026): referências ao crescimento do volume de casos do SICC, ao SIAC administrando “many cases which do not have a connection directly to Singapore” e à Singapore Convention on Mediation. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.